

Aspectos jurídicos do uso e conservação dos recursos hídricos

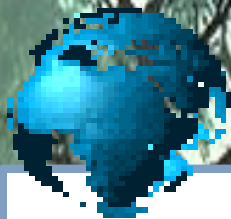
UMA VISÃO DO INTERIOR DO SUDESTE DO BRASIL: A BACIA DO RIO GRANDE



Coordenadoria Regional
das Promotorias de Justiça
do Meio Ambiente
da Bacia do Rio Grande

Bergson Cardoso Guimarães
Ministério Público do Estado
de Minas Gerais

Câmara dos Deputados – 16.06.2015



Aspectos jurídicos do uso e conservação dos recursos hídricos

UMA VISÃO DO INTERIOR DO SUDESTE DO BRASIL: A BACIA DO RIO GRANDE



Coordenadoria Regional
das Promotorias de Justiça
do Meio Ambiente
da Bacia do Rio Grande

Bergson Cardoso Guimarães
Ministério Público do Estado
de Minas Gerais

Câmara dos Deputados – 16.06.2015

Aspectos jurídicos do uso e conservação dos recursos hídricos



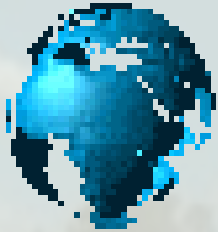
alguns CONCEITOS

Aspectos jurídicos do uso e conservação dos recursos hídricos

Art. 225 – da Constituição Federal



Artigo 225 da Constituição Federal:



Todos têm direito ao meio
ambiente ecologicamente
equilibrado,
bem de uso comum do povo
e essencial à sadia qualidade de vida,
impondo-se ao Poder Público
e à coletividade o dever de defendê-lo
e preservá-lo
para as presentes e futuras gerações.



COMANDO

Art. 225 – da **Constituição Federal**



LEI 6.938, de 31 de agosto de **1981**

**POLÍTICA NACIONAL
DO MEIO AMBIENTE**

Art. **225** – da **C**onstituição **F**ederal



LEI **6.938**, DE 31 DE AGOSTO DE **1981**
(PNMA)



COMANDO

CONTROLE

**INS
TRU
MENTOS**

Art. **225** – da **Constituição Federal**

LEI **6.938**, DE DE **1981 (PNMA)**

COMANDO

Legislação de Recursos Hídricos. Políticas Institucionais. Organização administrativa dos Municípios. Deliberações Normativas, etc.

CONTROLE

Fiscalização. Órgãos de Regulação. Conselhos de Gestão. Descentralização. Participação.

INSTRUMENTOS

Outorga e Cobrança pelo Uso da água. Planos Regionais de Bacia Hidrográfica. ZEE. Fundos, etc.

Law Enforcement



Reconhecimento prático
(*enforcement*) –

implementação

do Direito fundamental ao acesso à água

COMANDO

CONTROLE

INSTRUMENTOS



Coordenadoria Regional
das Promotorias de Justiça
do Meio Ambiente
da Bacia do Rio Grande



Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, ou Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. De acordo com o Princípio nº 17 da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a avaliação do impacto ambiental, como instrumento nacional, deve ser empreendida para as atividades propostas que tenham probabilidade de causar impacto adverso significativo no ambiente.



COMANDO

COMANDO

Lato
Sensu

(...)
Espaços
territoriais
e seus
componentes
a serem
especialmente
protegidos

(...)

Strictu
Sensu

Art. 225 – inciso III
da Constituição
Federal

01

02

03

BIOMAS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS (Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-grossense, Zona costeira) – Art. 225 – 1º - III – CF.

RB – RESERVA DA BIOSFERA – Programa MAB – Homem e a Biosfera. Lei 9.985/2000.

Áreas de Preservação Ecológica – Lei 6.766/1979 – Lei do Parcelamento do Solo – art. 3º - inciso V.
(CONTROLE DE NASCENTES NOS CENTROS URBANOS)

Áreas com restrição de uso para proteção dos recursos hídricos – Lei 9433/97 – art. 7º - inc. X

LEI 9.433/97

03

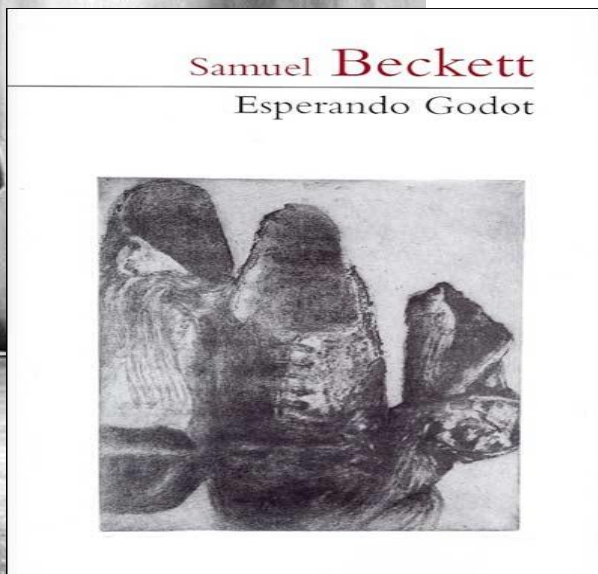
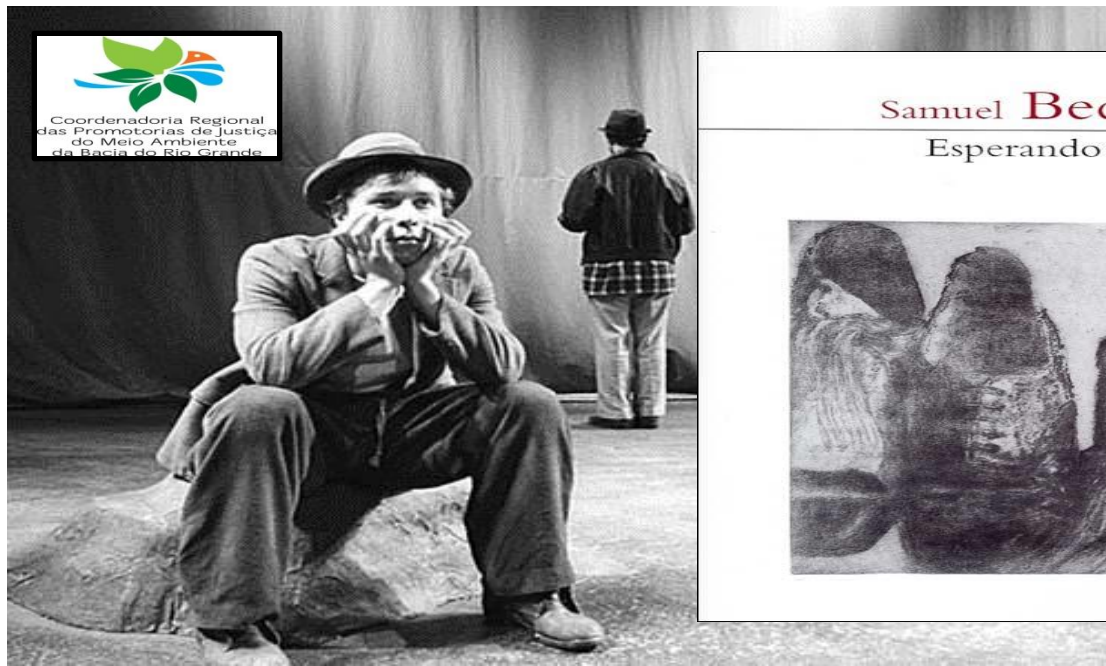
Áreas com restrição de uso para proteção dos recursos hídricos – Lei 9433/97 – art. 7º - inc. X

Art. 7º Os **Planos de Recursos Hídricos** são planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos e terão o seguinte conteúdo mínimo:

(...)

X - propostas para a criação de áreas **sujeitas a restrição de uso**, com vistas à **proteção dos recursos hídricos**.

COMANDO



**A ÁGUA É UM BEM DE
TODOS ?**

**O MUNDO
REAL?
FICÇÃO?**

FICÇÃO?

FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO - passados mais de 18 anos do advento da Lei das Águas (**LEI 9.433 DE 08.01.1997**) esta não se efetivou. Ex. Os **Comitês só existem em parte do país.** A **maioria dos estados brasileiros ainda não dispõe sequer de legislação própria que permita o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais.** **Fundos contingenciados pelos governos estaduais.**

COMANDO

Lato
Sensu

(...)

Espaços
territoriais

e seus
componentes

a serem
especialmente
protegidos

(...)

Strictu
Sensu

Art. 225 – inciso III
da Constituição
Federal

01

BIOMAS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS (Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-grossense, Zona costeira) – Art. 225 – 1º - III – CF.

02

RB – RESERVA DA BIOSFERA – Programa MAB – Homem e a Biosfera. Lei 9.985/2000.

03

Áreas de Preservação Ecológica – Lei 6.766/1979 – Lei do Parcelamento do Solo – art. 3º - inciso V. (CONTROLE DE NASCENTES NOS CENTROS URBANOS)

04

Áreas com restrição de uso para proteção de recursos hídricos – Lei 9433/97 – art. 7º - inc. X

ESPAÇOS TERRITORIAIS MUNICIPAIS PROTEGIDOS.

**APP – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE**
(LEI 12.651/2012 – art. 4º até 7º) -

Mata ciliar preservada



AUSÊNCIA DE MATA CILIAR



CONTROLE

COMANDO

Lato
Sensu

(...)
Espaços
territoriais
e seus
componentes
a serem
especialmente
protegidos
(...)

Strictu
Sensu

Art. 225 –
inciso III da
Constituição
Federal

01

BIOMAS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS (Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-grossense, Zona costeira) – Art. 225 – 1º - III – CF.

02

RB – RESERVA DA BIOSFERA – Programa MAB – Homem e a Biosfera. Lei 9.985/2000.

03

Áreas de Preservação Ecológica – Lei 6.766/1979 – Lei do Parcelamento do Solo – art. 3º - inciso V.
(CONTROLE DE NASCENTES NOS CENTRO URBANOS)
Áreas com restrição de uso para proteção dos recursos hídricos – Lei 9433/97 – art. 7º - inc. X

04

ESPAÇOS TERRITORIAIS MUNICIPAIS PROTEGIDOS.

05

APP – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
(LEI 12.651/2012 – art. 4º até 7º) -

06

UD - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
(LEI 9.985/2000 – LEI DO SNUC) – **Específicas de preservação de recursos hídricos.**

07

TT – Territórios tradicionais: espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais. (Decreto 6.040/2007).
TOMBAMENTO DE ÁREAS SINGULARES DE RECURSOS HÍDRICOS.
Terras Indígenas – Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973, art. 17) – art. 231 da CF.

08

RL – RESERVA LEGAL - (LEI 12.651/2012 – art. 12 até o 24.)

09

ÁREAS PROTEGIDAS DO EXERCÍTO, MARINHA E AERONÁUTICA (DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946.)

COMANDO

**COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA
PARA APROVAR LOTEAMENTO
DO SOLO RURAL É DO INCRA**

**LEI 4.504/1964 –
ESTATUTO DA TERRA**

**INFLUÊNCIA NA EXTINÇÃO DE
NASCENTES E ÁREAS DE RECARGA**

Competências Licenciamento

Lei Complementar 140/11

Projeto de LC apresentado em fevereiro/2003 e aprovado e transformado em LC em dezembro/2011.

Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas ao meio ambiente, incluindo o licenciamento e a fiscalização ambiental, dentre outras.

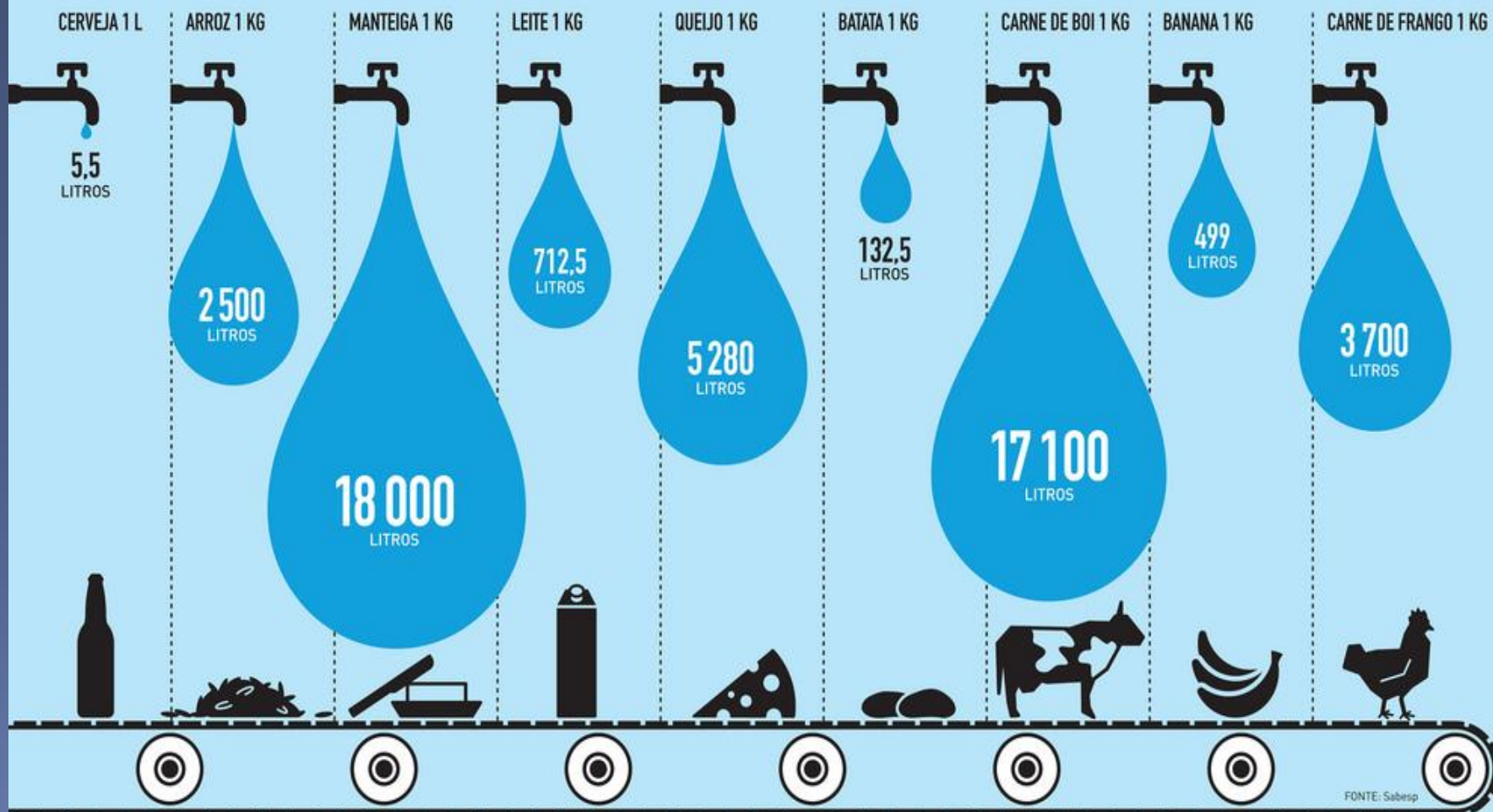
Regulamenta os incisos III, VI e VII do caput e o parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal (1988).

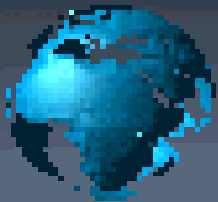


A ÁGUA QUE VOCÊ NÃO VÊ

Você consome sem perceber. Veja o quanto de água potável é necessário para produzir itens do seu cotidiano

Competências licenciamento





PROBLEMAS

K r i s i s

escassez

→ **crise**

→ **colapso**





CONTROLE

**A revolta pela água se tornou um
símbolo internacional dos abusos
das
privatizações dos serviços básicos**



GUERRA DA ÁGUA – BOLÍVIA - 2000

Cochabamba



O diretor "ciudadano" da "Empresa de Agua de Cochabamba", na Bolívia, Angel Hurtado.

A ÁGUA É UM BEM DE TODOS ?

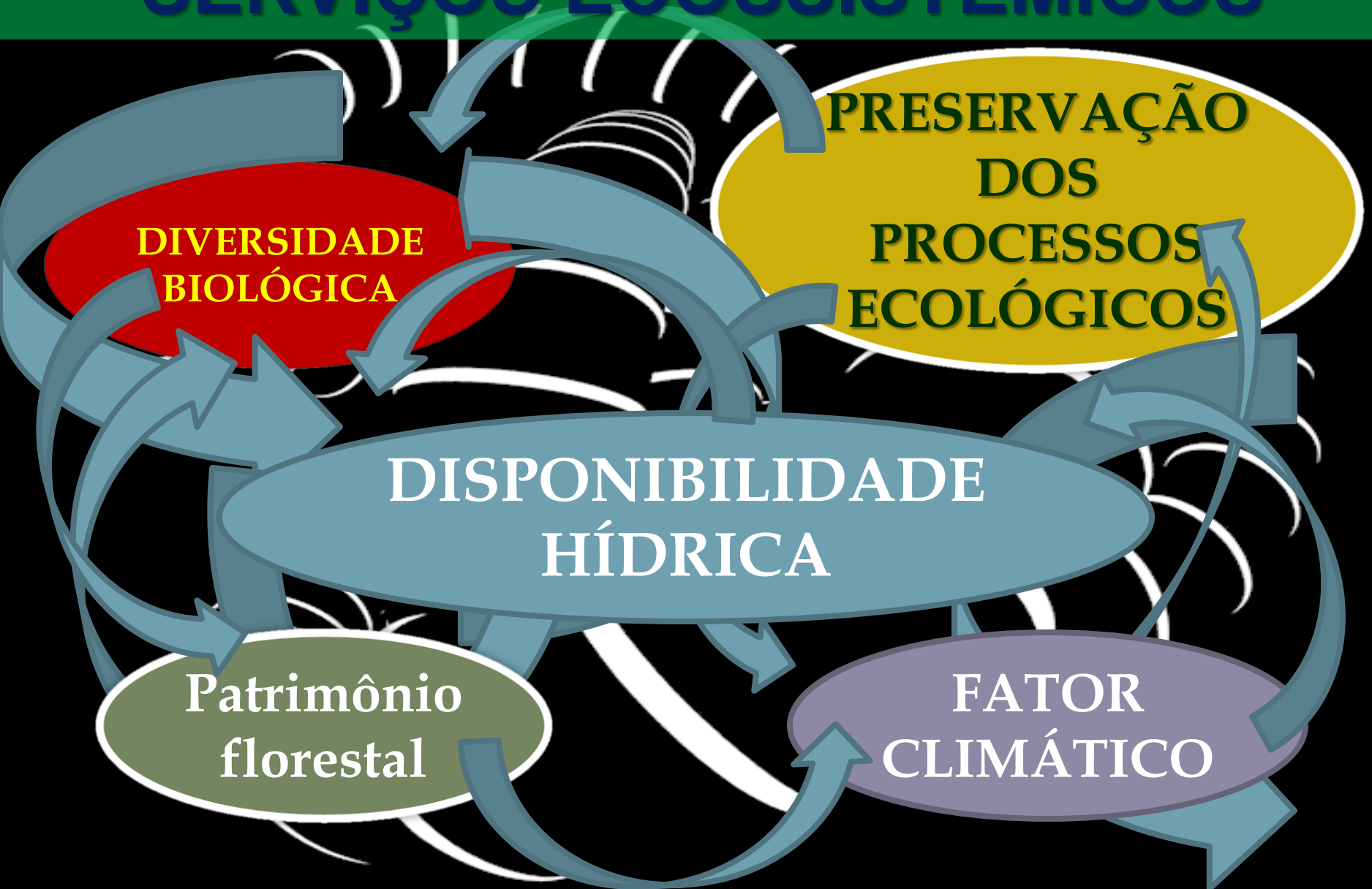
**O MUNDO
REAL? FICÇÃO?**





Complexidade e integração dos Sistemas Naturais
DISPONIBILIDADE HÍDRICA E INTERFERÊNCIA NOS CICLOS
BIOGEOQUÍMICOS

SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS



Complexidade e integração dos sistemas Naturais

Identificação de estresse de água em muitas regiões do país. Alterações na disponibilidade e aumento da demanda.



CONTROLE

Rios secos.
(Rio Jurucutu
– Norte de
Minas)

Sr. Clemente e
Adevaldo, pai e
filho, sem condições
de manter a
plantação.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Abril de 1988, uma reportagem do Jornal do Brasil
- **Córregos secos ameaçam rios no Espírito Santo.**

De um universo de **150 córregos** antes existentes no norte do estado, **100 já tinham desaparecido** e muitos outros não chegavam a desaguar no mar.

(FARIA, Antônio Paulo; MARQUES, Jorge Soares. O desaparecimento de pequenos rios brasileiros. CIÊNCIA HOJE. 1999. Vol. 25. nº 146. p. 56-64)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dados divulgados no Fórum Internacional das Águas: a vida em debate (em 2003), Porto Alegre.

Conforme pesquisa de 1999, no Brasil, **270 rios deixaram de chegar ao mar, secando totalmente ou perdendo volume.**

(DEMOLINER, Karine Silva. Água e saneamento básico. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p.42.)

**O QUE É ZONA RURAL ?
O QUE É ZONA URBANA ?**

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DE PARCELAMENTO

DO SOLO: destruição de fontes de água

ATIVIDADES DEGRADADORAS DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS:
IMPERMEABILIZAÇÃO DE ÁREAS DE RECARGA - **URBANIZAÇÃO
DESCONTROLADA** – **LOTEAMENTOS IRREGULARES.**



Deficiência e pobreza da infra-estrutura (situações críticas) em muitas áreas urbanas com até **30%** de perdas na rede após o tratamento das águas.

CONTROLE

Mais de
80%
da população
vive
REALMENTE
nas
Cidades ???

COMPROMETIMENTO DE ÁREAS
PRIORITÁRIAS À CONSERVAÇÃO,
PRODUÇÃO HÍDRICA (MEIO AMBIENTE)

AMPLIAÇÃO DE SITUAÇÃO DE
DESIGUALDADES SOCIAIS – ÔNUS
ADMINISTRATIVOS AOS
MUNICÍPIOS

EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA
RENDA (OCUPAÇÃO DE ÁREAS NÃO
ADEQUADAS A UMA MORADIA SADIA)

DESIGUALDADE ESPACIAL DE
OFERTA ACESSÍVEL DE SERVIÇOS
PÚBLICOS E COMERCIAIS

**VETOR
DE
EXPANSÃO
URBANA
TEM
SIDO
A
“POLÍTICA”
IMOBILIÁRIA**

CONTROLE

**LOTEAMENTOS CLANDESTINOS – CRIMES
E DANOS SOCIOAMBIENTAIS LIGADOS AO
ACESSO À ÁGUA**

**CHACREAMENTOS ILEGAIS NA ZONA RURAL E
SEM ESTRUTURA SANITÁRIA, SANEAMENTO,
IMPLEMENTOS URBANOS – CONDOMÍNIOS DE
FATO**

**SEGREGAÇÃO TERRITORIAL SEM
PLANEJAMENTOS – CRESCIMENTO URBANO
DESORDENADO**

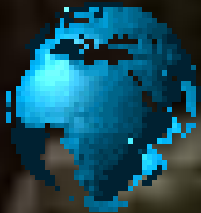
**CONDOMÍNIOS FECHADOS QUE CARECEM
DE SERVIÇOS PÚBLICOS E NOVOS
IMPLEMENTOS URBANOS - ACESSIBILIDADE**

**COMPROMETIMENTO DE
ÁREAS PRIORITÁRIAS
À CONSERVAÇÃO E
PRODUÇÃO HÍDRICA,
BIODIVERSIDADE (MEIO
AMBIENTE)**



Fragmentação de habitats

COMANDO E CONTROLE



FORMAS DE POLUIÇÃO: NITRATOS – **EUTROFIZAÇÃO**
NATURAL E ARTIFICIAL – REBAIXAMENTO DO NÍVEL DE
RESERVATÓRIOS

CONTROLE

ÁGUA MINERAL: MINÉRIO OU RECURSO HÍDRICO ?



CONFLITOS - 1996/2006 – Acordo entre o Ministério Público da Comarca de São Lourenço e a Nestlé Waters do Brasil – Bebidas e Alimentos Ltda. - pondo fim à exploração do poço primavera.

Art. 1º Aprovar o resultado final do Grupo de Trabalho *Thesaurus* – GT *Thesaurus*, constituído pela Portaria nº 271, de 3 de dezembro de 2013, traduzido no documento “Lista de Termos para o *Thesaurus* de Recursos Hídricos”, em anexo.



Exploração de água mineral em Jacutinga - MG



Coefficiente da hora de maior demanda (K2) = 1,5

Ano de alcance do projeto = 20anos

$$Q = (P \times K1 \times C) / (T \times 3.600)$$

$$Q = (23.760 \times 1,2 \times 180) / (24 \times 3.600)$$

$$Q = 0,059 \text{ m}^3/\text{s}$$

A vazão solicitada de 0,055 m³/s, está coerente com os dados informados a respeito do consumo.

3. Disponibilidade Hídrica

a. Análise a Montante

Área de drenagem: 9.02 Km²

Rendimento específico: 7 L/s/Km²

$$Q_{7,10} = 0.057 \text{ m}^3/\text{s}$$

$$30\% Q_{7,10} = 0.017 \text{ m}^3/\text{s}$$

→ Não existem usuários outorgados imediatamente a montante do ponto de captação pretendido.

b. Análise a Jusante

→ Não existem usuários outorgados imediatamente a jusante do ponto de captação pretendido.

c. Disponibilidade Hídrica

A disponibilidade hídrica da seção se dá pela diferença entre a vazão outorgável e os usuários a montante do ponto de captação. Dessa forma tem-se:

$$DH = 30\% Q_{7,10} - SQ_{\text{outorgados a montante e jusante}}$$

$$DH = 0,017 - 0$$

$$DH = 0,017 \text{ m}^3/\text{s}$$

O usuário requer uma vazão de 0,055 m³/s, ou seja, 323 % maior que a disponibilidade hídrica na seção indicada. **Essa vazão representa 96,5% da $Q_{7,10}$.**

*De acordo com o **Artigo 9º da Portaria nº 10/1998**, em casos de interesse público, desde que não produza prejuízos a direitos de terceiros, pode-se adotar percentuais de fluxos residuais inferiores a **70% da $Q_{7,10}$** , o que implica na possibilidade de outorga de um valor maior que os 30%*

Exploração de água mineral

Necessidade de instrumentalização prática da Res. 76/2007 - CNRH.

Art. 4º - O órgão gestor de recursos minerais dará conhecimento do requerimento de autorização para pesquisa de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários e respectiva área ao órgão gestor de recurso hídrico competente, que deverá se **manifestar** sobre possíveis impedimentos à pesquisa, observando as diretrizes e princípios traçados pela [Lei N. 9.433, de 1997](#) e Resoluções do CNRH.

OUTORGA PARA A ÁGUA MINERAL ?



PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA E ESTRATÉGICA

**EXEMPLO: INSTALAÇÃO DE
PROJETOS HIDRELÉTRICOS**

- PCHs – CGHSs

Water Footprint

Quanta água é necessária para produzir?



Cachoeira do Limoeiro – registro feito em agosto de 2008



Cachoeira do Limoeiro II – registro feito em agosto de 2013
(cachoeira praticamente seca)

Questões ligadas à Ictiofauna



16/06/2015



Coordenadoria Regional das
Promotorias de Justiça do Meio
Ambiente da Bacia do Rio Grande -
CRRG



39



POSSÍVEIS SOLUÇÕES: Caminhos de atuação

CAPACITAÇÃO

EXEMPLOS...

PLUVIOMETRIA E FLUVIOMETRIA

**MEDIÇÃO DAS ÁGUAS EM TODAS AS REGIÕES DO BRASIL –
MONITORAMENTO DAS ÁGUAS DOS RIOS E DAS CHUVAS.**



CAPACITAÇÃO

EXEMPLOS...



COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Importância.
Dinâmica de
funcionamento.
Estrutura
organizacional.
Gestão
de Bacias.

EXEMPLOS...

AUTONOMIA

**PARTICIPAÇÃO
(CONSELHOS)**

**GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

TRANSPARÊNCIA

SUJEITOS

(VALORIZAÇÃO DOS ATORES
SOCIAIS ENVOLVIDOS)

**ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS AMBIENTAIS
MUNICIPAIS DE
LICENCIAMENTO –**

**OS CONSELHOS DE GESTÃO
IMPLEMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO**

COMITÊS FORTES

Política Forte de Pagamento por Serviços Ambientais

Instrumentos de transferência de recursos ou compensações para aqueles que ajudam a conservar ou produzir serviços ecossistêmicos.

Fortalecer assim a preservação e o restabelecimento de recursos naturais como o solo, os bens hídricos, a biodiversidade, a fauna e a flora, os recursos florestais.



DIREITO PREMIAL



As mudas que estão sendo plantadas nas propriedades são doadas pela Fundação SOS Mata Atlântica.

Nas últimas semanas, a Associação Ambientalista Copaíba deu início a recuperação florestal em mais de 12,75 hectares (127.500 m²), em duas propriedades rurais no município de Socorro, em São Paulo. Esta ação está acontecendo por meio do projeto "Restauração das matas ciliares de nascentes e de cursos na bacia do Rio do Peixe".

Gerenciamento da Fonte à torneira



**Peso excessivo
nos serviços de
água**

**Foco da gestão
na preservação das nascentes**





Pensar o novo!



Gestão
do acesso
à água

Na busca pela mais valia global,
os processos produtivos
adquiriram um cunho
extraterritorial
que lhes conferiu
autonomia em
relação aos controles locais e os faz
indiferentes, não apenas
às realidades locais, mas,
também às realidades ambientais.





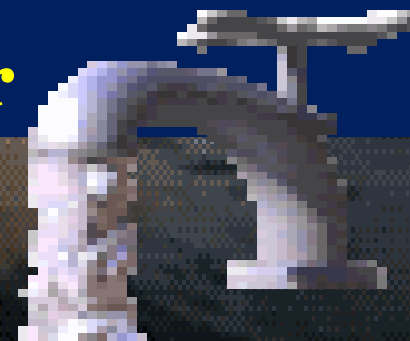
**COORDENADORIA REGIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇAS
DO MEIO AMBIENTE DA BACIA DO RIO GRANDE**

**AVENIDA ERNESTO MATIOLI, 960
BAIRO SANTA EFIGÊNIA – LAVRAS – MG.**

TEL. (35) 3826.6679

riograndemp@mpmg.mp.br

OBRIGADO



Coordenadoria Regional
das Promotorias de Justiça
do Meio Ambiente
da Bacia do Rio Grande